

Impasse marca reunião

Empresários sonegam índices de aumento e

Educação

CORREIO BRAZILIENSE Brasília, quarta-feira, 23 de março de 1988

15

de escolas com MEC

Ministério ameaça controlar mensalidades

A reunião marcada para hoje, às 15 horas, entre representantes dos donos das escolas particulares e do Ministério da Educação se realizará sob o impasse criado pela Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen), disposta a não entregar os preços das mensalidades cobrados pelas escolas em dezembro do ano passado e em março deste ano. O ministério exige a tabela de preços, para constatar se houve abusos, e promete pedir a revogação do Decreto 95.720, que instituiu o sistema de liberdade vigiada para o reajuste das mensalidades, se as escolas não apresentarem suas planilhas de custos.

A Fenen alegou falta de tempo para elaborar o levantamento dos preços das 35 mil escolas particulares do País, que atendem a 8 milhões de alunos. A entidade prometeu entregar ao MEC um demonstrativo dos preços praticados nos estados. "É intenção do ministério jogar duro com a Fenen se os dados relativos às mensalidades não forem entregues", afirmou um

assessor do ministro Hugo Napoleão.

O ministro da Educação não aceitou a ponderação da Fenen de que não houve tempo para preparar o levantamento dos preços, e poderá indexar as mensalidades aos valores cobrados em dezembro do ano passado, acrescidos de um reajuste baseado na URP, após a revogação do 95.720.

CATÓLICAS

Já os presidentes da Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas, Padre Laércio Mora, e da Associação Brasileira de Mantenedoras, professor Cândido Mendes, prometeram levar hoje os preços cobrados pelas instituições de ensino superior para reunião.

Durante o encontro, o MEC solicitará aos representantes dos sindicatos dos Estabelecimentos Particulares de Ensino que desvinculem da OTN os preços das mensalidades, a exemplo do que fez o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de

São Paulo. O ministério entende que a cobrança das mensalidades em OTN causará a inadimplência.

Diariamente, cerca de 100 reclamações de aumentos abusivos das mensalidades têm chegado ao Conselho Nacional de Defesa do Consumidor (CNDC), órgão do Ministério da Justiça. Nas denúncias, muitos pais de alunos alegam que não poderão continuar pagando as mensalidades, informou o presidente do Conselho, Luiz Amaral.

Com base no Decreto-Lei 532/69, que regulamentou o reajuste das mensalidades, o CNDC decidiu enviar ao procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, pedido de arguição de constitucionalidade do Decreto 95.720. A União Nacional dos Estudantes (UNE) prometeu fazer o mesmo, mas até o final da tarde de ontem havia sido protocolado na Procuradoria-Geral da República pedido de arguição de constitucionalidade do 95.720. Só do Diretório Central Estudantil (DCE) do Centro de Ensino Unificado de Brasília (Ceub).

Goiás pede verba e professores

"Queremos estudar e o Sarney não quer deixar". Com estas palavras de ordem, cerca de 140 estudantes da Universidade Federal de Goiás (UFG) realizaram ontem manifestação em frente ao Ministério da Educação. Os estudantes pediram verbas para reabrir o restaurante da universidade e a contratação de professores. Apesar de receber os alunos, o secretário-geral do MEC, Luiz Bandeira, garantiu que até abril as universidades brasileiras serão beneficiadas com verbas suplementares. Ele prometeu também estudar a reivindicação de novas contratações de professores.

Segundo Bandeira, o ministério está realizando um

levantamento minucioso das necessidades das 50 Instituições Federais de Ensino Superior (IES). Apesar de estar em vigor o Decreto 92.682, que proíbe contratações na esfera federal, o MEC deverá encaminhar à Presidência da República pedido de contratação de professores para as universidades que estão com carência de pessoal.

Conforme a estudante de jornalismo Silvânia de Cássia Lima, faltam oito professores no curso de Comunicação Social da Federal de Goiás. Em protesto, os alunos deste curso estão em greve desde o início do ano letivo. Em toda a universidade há uma carência

de mais de 30 mestres, disse Silvânia. As escolas técnicas federais de Goiás também convivem com o mesmo problema, e apresentam um déficit de 48 professores, informou o presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES) Enelton Gomes.

Além da UMES, o Diretório Central dos Estudantes, a União Estadual dos Estudantes de Goiás e o Grêmio Estudantil das Escolas Técnicas Federais patrocinaram a viagem dos estudantes a Brasília. A reitoria da UFG também colaborou financiando dois dos quatro ônibus em que viajaram os estudantes.